



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA

GILVANI PEREIRA ROSA

Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do
Município de Águia Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE

Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Controladoria Geral do Município de Águia Branca/ES

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca

Gestor responsável: Gilvani Pereira Rosa

Exercício: 2022

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2022, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 9.835/2022, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 34/2015, Instrução Normativa 68/2020 e, Resolução 227/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou todos os esforços para no curso do exercício do ano de 2022, realizar o atendimento de todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, além de realizar o Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento do Portal Transparência e atendimento ao canal de Ouvidoria.

É notório que, apesar do cumprimento parcial das atividades planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Unidade Gestora – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA - no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	<u>Relatório de Auditoria do Processo nº 5012/2022</u>	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Despesas empenhadas do dia 01.01.2022 a 31.08.2022 no total de R\$ 66.934,58 Total de processos de despesa no período de 01.01.2022 a 31.08.2022: 50 processos Período Analisado: 01.01.2022 a 31.08.2022	Amostra de despesas no valor de: R\$ 66.934,58 Amostra: 100% dos processos de despesa. Período Analisado: 01.01.2022 a 31.08.2022
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Listagem de Arrecadação de Receitas de Receitas do RPPS Listagem de Pagamentos de Obrigações previdenciárias – parte patronal das Unidades gestoras BALEXOD - Balancete da Execução Orçamentária da Despesa	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Análise realizada com base no confronto das informações da Listagem de Arrecadação de Receitas de Receitas do RPPS e Listagem de Pagamentos de Obrigações previdenciárias – parte patronal das Unidades gestoras, além de verificação de registro contábil no BALEXOD dos Juros e encargos. Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Patronal RPPS no exercício de 2022: Câmara Municipal: R\$ 288.389,54 Fundo Municipal de Saúde: R\$ 551.455,73 Prefeitura Municipal: R\$ 2.064.407,30 Data de pagamento das contribuições	Período analisado: 12 meses 100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal repassados ao RPPS no exercício de 2022 Câmara Municipal: R\$ 288.389,54 Fundo Municipal de Saúde: R\$ 551.455,73 Prefeitura Municipal: R\$ 2.064.407,30 Data de pagamento das contribuições previdenciárias – parte patronal Data de arrecadação da receita de contribuições previdenciárias



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>previdenciárias – parte patronal</p> <p>Data de arrecadação da receita de contribuições previdenciárias – parte patronal</p> <p>Período analisado: 12 meses</p>	– parte patronal
1.2.4	<p>Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – Parte Servidor</p>	<p>Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão - 2022</p> <p>Listagem de Pagamentos de Obrigações previdenciárias – parte servidor das Unidades Gestoras</p> <p>Listagem de Arrecadação de Receitas de Receitas do RPPS</p>	<p>CF/88, art.40. LRF, art .69. Lei 9.717/1998, art.1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 523/2002</p>	<p>Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.</p>	<p>Análise realizada com base no confronto das informações da Listagem de Arrecadação de Receitas de Receitas do RPPS e Listagem de Pagamentos de Obrigações previdenciárias – parte servidor das Unidades gestoras.</p> <p>Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor repassadas ao RPPS no exercício de 2022:</p> <p>Câmara Municipal R\$ 98.787,23</p> <p>Fundo Municipal de Saúde R\$189.394,62</p> <p>Prefeitura Municipal R\$ 709.894,70</p> <p>Data de pagamento das contribuições previdenciárias – parte servidor</p> <p>Data de arrecadação da receita de contribuições previdenciárias – parte servidor</p>	<p>Período analisado: 12 meses</p> <p>100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor repassados ao RPPS no exercício de 2022</p> <p>Câmara Municipal R\$ 98.787,23</p> <p>Fundo Municipal de Saúde R\$189.394,62</p> <p>Prefeitura Municipal R\$ 709.894,70</p> <p>Data de pagamento das contribuições previdenciárias – parte servidor</p> <p>Data de arrecadação da receita de contribuições previdenciárias – parte servidor</p>
1.2.5	<p>Parcelamento de débitos previdenciários</p>	<p>Declaração de Quitação - DELQUIT</p> <p>Balço Patrimonial - BALPAT</p>	<p>CF/88, art.40. LRF, art .69. Lei 9.717/1998, art.1º. Lei 8.212/1991</p>	<p>Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários; a)estão sendo registrados como passivo da entidade; b)estão sendo registrados</p>	<p>Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA:</p> <p>Declaração de Quitação - DELQUIT</p>	<p>Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA:</p> <p>Declaração de Quitação - DELQUIT</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

			Lei Municipal 523/2002 RPPS	como ativo a receber no RPPS; c)se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo o ente devedor e como ativo no RPPS; d)se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e)se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Balanco Patrimonial - BALPAT Período analisado: 12 meses	Balanco Patrimonial - BALPAT Todas as contribuições previdenciárias foram devidamente recolhidas e repassadas ao RPPS no exercício de 2022. Período analisado: 12 meses
1.2.8	Medidas de cobrança-Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão - 2022 Declaração de Quitação - DELQUIT BALEXOD – Balancete da Execução Orçamentária da Despesa Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão - 2022 Declaração de Quitação - DELQUIT Balancete da Execução Orçamentária da Despesa BALEXOD - registro Juros e encargos da dívida: R\$ 0,00 Os valores devidos das Unidades Gestoras foram recebidos pelo RPPS na sua integralidade no exercício de 2022 não gerando medidas de cobranças.	Relatório de Gestão - RELGES – Gestão Financeira – evidenciação dos valores da Receita de Contribuição devidos e recebidos por órgão – 2022 com total de recolhimento anual das Unidades Gestoras: R\$3.909.709,87 Declaração de quitação – DELQUIT expedida pelo RPPS em que declara que recebeu todas as contribuições previdenciárias no exercício vigente, não sendo necessário a adoção de medidas de cobrança. Balancete da Execução Orçamentária da Despesa BALEXOD - registro Juros e encargos da dívida: R\$ 0,00
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	EXTBAN – Extratos bancários; Balanco Patrimonial – BALPAT;	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO:	SALDO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Demonstrativo de Saldos bancários, perdas e rendimentos – 2022 TVDISP – Termo de Verificação das Disponibilidades		previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55: CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 CONTA 16.518.375 BANCO DO BRASIL	2022 CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 – <u>R\$ 6.818.945,48</u> 03.543.447/0001-03 <u>R\$ 5.145.988,34</u> 07.111.384/0001-69 <u>R\$1.371.057,71</u> CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 <u>R\$ 139.435,50</u> BANESTES: CONTA: N° 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$5.563.350,64</u> 09.594.596/0001-70 <u>R\$4.056.433,60</u> 20.230.719/0001-26 <u>R\$5.215.114,01</u> CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10
--	--	--	---	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					CONTA 10.671-2 R\$ 1.130.011,84 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 R\$ 2.019.215,08 10.740.670/0001-06 R\$ 2.318.581,74 23.215.097/0001-55: R\$6.698.261,79 CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 R\$ 340.328,12 CONTA 16.518.375 R\$ 18.508,90 BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 R\$46.148,47
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.687/2022 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST – Relatório de plano de custeio e plano de benefícios do RPPS DEMAAT – Reavaliação Atuarial	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Lei Municipal nº 1.687/2022 aprovada em 18.02.2022; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; Análise dos arquivos DEMMAT e BALATU para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente. Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		BALATU – Balanço Atuarial			se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS	Lei municipal nº 1.687/2022 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;
1.2.15	Escrituração Contábil - Registro das provisões matemáticas previdenciárias	DEMAAT Reavaliação Atuarial - BALVER – Balancete de Verificação BALATU – Balanço Atuarial	LC 101/2000, art.69; Lei 4.320/1964, art.100. Lei 9.717/98, art. 1º. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC, MCASP, Portaria MPS 403/2008, art.17 e demais correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Análise documental do BALVER – Balanço de Verificação para averiguar se o registro do passivo – conta contábil 2.2.7.2.0.00.00 – Provisões matemática previdenciárias a longo prazo está em conformidade com o MCASP – ponto 17.5.4 Provisão Matemática Previdenciária. Conciliação dos demonstrativos DEMAAAT, BALATU e BALVER com registro das provisões matemáticas.	PROVISÕES ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ELEMENTO DE DESPESA 2.2.7.2.0.00.00 – Provisões matemática previdenciárias a longo prazo
1.2.17	Conciliação de contas	DELQUIT – Declaração de quitação BALPAT – Balanço Patrimonial	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciário a receber (BALPAT)	Saldo devedor da DELQUIT: R\$0,00 BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00 Não há registro de créditos previdenciários a receber, em razão de que todas as contribuições previdenciárias, foram recolhidas e pagas pelos órgãos e entidades da Administração Pública vinculados ao RPPS no exercício de 2022.	Saldo devedor da DELQUIT: R\$0,00 BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2.18	Conciliação de contas	<p>DELQUIT – Declaração de quitação</p> <p>DEMREC – Demonstrativo evidenciando os valores devidos de receitas</p> <p>RELGES – Relatório de gestão</p> <p>BALPAT – Balanço Patrimonial</p>	<p>IN regulamentadora da remessa de prestação de contas</p> <p>IN 68/2020 do TCEES</p>	<p>Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC)</p>	<p>Conforme a conciliação dos demonstrativos da Declaração de Quitação – DELQUIT, e Relatório de Gestão - RELGES, e DEMREC – Demonstrativo evidenciando os valores devidos de receitas verifica-se que os demonstrativos e relatórios refletem a inexistência de saldo devedor constante de contribuições previdenciárias.</p>	<p>Receitas Devidas de Contribuições previdenciárias: R\$ 3.909.709,87</p> <p>Receitas Recebidas de Contribuições previdenciárias: R\$ 3.909.709,87</p> <p>Diferença: R\$ 0,00</p> <p>DELQUIT: R\$0,00</p> <p>BALPAT Saldo das contas contábeis do grupo 1.1.3.6.0.00.00 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO: R\$0,00</p>
1.2.19	Conciliação de contas	<p>BALATU – Balanço Atuarial</p> <p>BALVER – Balancete de Verificação</p>	<p>IN regulamentadora da remessa de prestação de contas</p> <p>IN 68/2020 do TCEES</p>	<p>Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)</p>	<p>Conciliação do Balanço Atuarial – BALATU e do Balancete Contábil de Verificação – BALVER refletindo corretamente o registro das provisões matemáticas previdenciárias.</p>	<p>Conciliação do Balanço Atuarial – BALATU e do Balancete Contábil de Verificação – BALVER refletindo corretamente o registro das provisões matemáticas previdenciárias.</p>
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis-registro contábil compatibilidade com inventário.	<p>BALPAT</p> <p>TERIMO</p> <p>TERMOV</p> <p>INVIMOV</p> <p>INVIMO</p> <p>INVINT</p>	<p>CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.</p>	<p>Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.</p>	<p>Saldo de valores da classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV e do Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO.</p> <p style="text-align: right;">Os valores referens aos bens móveis e imóveis ainda podem ser</p>	<p>Balanço Patrimonial – BALPAT</p> <p>Valor Total dos bens no ativo não circulante imobilizado: R\$ 122.592,19</p> <p>Valor Total dos Bens Móveis: R\$ 29.145,67</p> <p>Valor Total dos Bens Imóveis: R\$ 109.250,00</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					visualizados nos arquivos TERIMO – Termo de Inventário Anual de bens imóveis e TERMOV – Termo de Inventário Anual de bens móveis.	Período Analisado: 12 meses
1.3.3	Disponibilidades financeiras- depósito e aplicação	EXTBAN - Extratos bancários do final do exercício de 2022 Resumo mensal das aplicações e disponibilidades financeiras do RPPS TVDISP - Termo de Verificação das Disponibilidades	LC 101/2000, art. 43 c/c §3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55:	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 CONTA 16.518.375 BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 CONTA 16.518.375 BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2
1.3.4	Disponibilidades financeiras- depósito e aplicação	EXTBAN - Extratos bancários do final do exercício de 2022 BALFIN – Balanço Financeiro BALPAT – Balanço Patrimonial DEMFOCA – Demonstrativo de Fluxo de Caixa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 BANESTES: CONTA: N° 16.517.849 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ	SALDO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2022 CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO: BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 – <u>R\$ 6.818.945,48</u> 03.543.447/0001-03 <u>R\$ 5.145.988,34</u> 07.111.384/0001-69 <u>R\$1.371.057,71</u> CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 <u>R\$ 139.435,50</u>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					05.357.507/0001-10 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55: CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 CONTA 16.518.375 BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 As demonstrações contábeis evidenciam a integridade dos valores depositados em Conta Corrente e Aplicação Financeira. Período analisado: 12 meses	BANESTES: CONTA: N° 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$5.563.350,64</u> 09.594.596/0001-70 <u>R\$4.056.433,60</u> 20.230.719/0001-26 <u>R\$5.215.114,01</u> CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$ 1.130.011,84</u> CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 <u>R\$ 2.019.215,08</u> 10.740.670/0001-06 <u>R\$ 2.318.581,74</u> 23.215.097/0001-55: <u>R\$6.698.261,79</u> CONTAS DE DISPONIBILIDADE BANESTES CONTA 16.517.849 <u>R\$ 340.328,12</u> CONTA 16.518.375
--	--	--	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<u>R\$ 18.508,90</u> BANCO DO BRASIL CONTA 10.671-2 <u>R\$46.148,47</u> EXTBAN - Saldo disponível nas contas do RPPS no final do exercício de 2022: R\$ 37.212.320,61 BALPAT: Ativo Circulante: R\$ 40.881.381,22 BALFIN Saldo em espécie para o exercício seguinte: R\$ 40.881.381,22 DEMFCA: Total de disponibilidade de fluxo de caixa: R\$ 40.881.381,22 Período analisado: 12 meses
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	CRONOS – Instrução Normativa SFI nº 02/2021 JUSTCRO – Justificativa de quebra de Ordem Cronológica Listagem de pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública do RPPS	Lei 8666/93, art. 5º e 92, c/c CRFB/88, art.37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Quantidade de Pagamentos analisados: 319 registros Valor total de pagamentos: R\$ 3.752.141,05 Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 05 Valor total de pagamentos realizados fora	Período analisado: 12 meses Ordem cronológica dos pagamentos realizados no período de 12 meses. Total dos pagamentos realizados pela UG no exercício de 2022: 319



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					da ordem cronológica de pagamentos: R\$ 1.904,69	Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 05 Valor total de pagamentos realizados fora da ordem cronológica de pagamentos: R\$ 1.904,69 Listagem de credores pagos com quebra da ordem cronológica de pagamentos: Pagamento nº 111/2022 – Liquidação nº 73/2022 – Credor: Norte Atacado LTDA Pagamento nº 112/2022 – Liquidação nº 74/2022 – Credor: Norte Atacado LTDA Pagamento nº 113/2022 – Liquidação nº 78/2022 – Credor: Norte Atacado LTDA Pagamento nº 120/2022 – Liquidação nº 83/2022 – Credor: Roseane Aparecida Bruni Polez – ME Pagamento nº 200/2022 – Liquidação nº 136/2022 – Credor: Aldenir Pereira dos Reis
2.5.12	Orçamento	Lei Municipal nº 1.667/2021 BALPAT – Balanço Patrimonial BALFIN – Balanço Financeiro	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Fonte de recursos classificadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Fonte de recursos prevista na LOA do exercício vigente para o RPPS evidencia fonte de recursos idênticas ao BALPAT – Balanço Patrimonial e BALFIN – Balanço Financeiro.	Fontes de Recursos: 14100000001 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário – Poder Executivo 14100000002 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário – Poder Legislativo 14300000000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Fonte de recursos evidenciada no BALPAT – Balanço Patrimonial e BALFIN – Balanço Financeiro, em conformidade com a IN 68/2020 do TCEES.	Administração.
2.5.13	Orçamento	Lei Municipal nº 1.667/2021 BALPAT – Balanço Patrimonial BALFIN – Balanço Financeiro	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se no orçamento do RPPS que recebe cobertura de insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios possui despesa fixada no mesmo montante correspondente na fonte de recursos do tesouro.	Em análise ao BALFIN – Balanço Financeiro e BALPAT – Balanço Patrimonial em confronto com a Lei Orçamentária Anual – LOA, verifica-se que o Instituto de Previdência do Município de Água Branca/ES, não apresenta insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios.	Lei Municipal nº 1.667/2021 <u>Fonte de recursos</u> 14100000001 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário – Poder Executivo 14100000002 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário – Poder Legislativo 14300000000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração. BALFIN – Balanço Financeiro <u>Fonte de recursos</u> 410 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 430 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração BALPAT – Balanço Patrimonial <u>Fonte de recursos</u> 410 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 430 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração
2.5.14	Transparência	Portal da transparência do Sítio eletrônico municipal	Lei 10887/2004, art. 9º, III. ON MPS SPS 02/2009, art. 15, III. ON MPS-SPS 02/2009, art. 21, parágrafo	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros,	Analisado o Portal Transparência do Município, verificou-se que o RPPS disponibiliza informações e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para	Portal da transparência do Sítio eletrônico municipal - Menu: Contas Públicas Submenu: 1 – Balancetes mensais



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

			único.	previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6 2 – Balanço Anual http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7 - Menu: Despesas Submenu: 1 – Cálculo Atuarial http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=117
2.5.18	Avaliação atuarial reavaliação anual	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.838 Ano-Calendário 2023, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.687/2022; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf RELCUST – Relatório detalhado do plano de custeio e benefícios BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Em confronto dos valores registrados em provisões de longo prazo no BALPAT e BALVER com as informações contidas na Reavaliação Atuarial nº1.838 Ano-Calendário 2023, verificou-se que o RPPS realizou a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios para manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Reavaliação Atuarial nº1.838 Ano-Calendário 2023, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) ANEXO 3 – Provisões matemáticas a contabilizar 2.2.7.2.1.00.00 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO R\$48.241.426,55 - Lei Municipal nº 1.687/2022; https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf RELCUST – Relatório detalhado do plano de custeio e benefícios -Verificação das alíquotas de segurado, patronal e custo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						especial BALVER – Balancete contábil de verificação 2.2.7.2.1.00.00 - Passivo não circulante – provisões a longo prazo R\$48.241.426,55 BALPAT – Balanço patrimonial Passivo não circulante – provisões a longo prazo R\$48.241.426,55
2.5.19	Cálculo atuarial data base	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.838 Ano-Calendário 2023, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Verificar se o RPPS realiza calculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.838 Ano-Calendário 2023, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) BALVER – Balancete contábil de verificação BALPAT – Balanço patrimonial	DEMAAT - Reavaliação Atuarial nº1.838 Ano-Calendário 2023, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) Data base dos dados cadastrais da Reavaliação Atuarial: 31/12/2022 Data base do BALVER: 31/12/2022 Data base do BALPAT: 31/12/2022
2.5.20	Plano de Amortização instituição por lei	- Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	- Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf	- Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5.21	Plano de Amortização estudo de viabilidade	SUSTEN - Demonstrativo de viabilidade do plano de custeio do RPPS - Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf	Art. 40 da CF/88, art. 1º e 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 19 e 20.	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.	SUSTEN - Demonstrativo de viabilidade do plano de custeio do RPPS Análise do Demonstrativo da Despesa com pessoal – Projeção - Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf Análise da Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial	SUSTEN - Demonstrativo de viabilidade do plano de custeio do RPPS Análise do Demonstrativo da Despesa com pessoal – Projeção - Lei Municipal nº 1.687/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1687-2022-1646747471.pdf Análise da Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	BALVER – Balancete de Verificação Contábil BALFIN – Balanço Financeiro	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	BALVER – Balancete de Verificação Contábil: Elemento de Despesa - 421120300000 Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial R\$ 1.703.709,45 BALFIN – Balanço Financeiro Recursos vinculados à Previdência Social – RPPS 410 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	BALVER – Balancete de Verificação Contábil Elemento de Despesa - 421120300000 Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial R\$ 1.703.709,45 BALFIN – Balanço Financeiro Recursos vinculados à Previdência Social – RPPS 410 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)
2.5.23	Segregação de planos - estabelecimento por lei	Lei Municipal nº 522/2002 Lei Municipal nº 523/2002 Lei Municipal nº 1.687/2022 Lei Municipal nº 1.667/2021	Art. 40 da CF/88, art. 1º, 50, III e 69 da LRF. Portaria MPS 403/08, art. 21 caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de	O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Água Branca-ES não apresenta segregação de massa. Ausência de Plano Financeiro no RPPS, razão pela qual não há segregação das	Lei Municipal nº 522/2022, prevê o plano de custeio Lei Municipal nº 523/2002 – cria o Instituto de Previdência, e não prevê segregação de massa.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		BALFIN – Balanço Financeiro BALPAT – Balanço Patrimonial		demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	demonstrações contábeis para cada plano	<p>Lei Municipal nº 1.687/2022 – Reavaliação Atuarial com tabela de equacionamento do Déficit Atuarial</p> <p>Lei Municipal nº 1.667/2021 – Lei Orçamentária Anual</p> <p><u>Fonte de recursos</u></p> <p>14100000001 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário – Poder Executivo</p> <p>14100000002 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário – Poder Legislativo</p> <p>14300000000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração.</p> <p>BALFIN – Balanço Financeiro</p> <p><u>Fonte de recursos</u></p> <p>410 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)</p> <p>430 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração</p> <p>BALPAT – Balanço Patrimonial</p> <p><u>Fonte de recursos</u></p> <p>410 – Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)</p> <p>430 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração</p>
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Relatório de Censo Previdenciário, Recadastramento e Prova de Vida – RELCENS	Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS	Verificar se o PPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os	Recenseamento e recadastramento de 100% dos servidores aposentados e pensionistas realizado no período de 01.10.2022 a 30.10.2022.	Relatório de Censo Previdenciário, Recadastramento e Prova de Vida – RELCENS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Relatório de Gestão - RELGES BASECD – Base de Dados Cadastral	403/2008, arts.12 a 14.	dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.		Relatório de Gestão RELGES Item 03 – Gestão de benefícios Inativos: 79 Pensionistas: 13 BASECD – Base de Dados Cadastral
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	RELGES – Relatório de gestão Decreto Municipal nº 9.624/2022 Decreto Municipal nº 10.077/2022	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alíneas “b” e “c”.	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.624/2022 Decreto Municipal nº 10.077/2022	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.624/2022 Decreto Municipal nº 10.077/2022
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	RELGES – Relatório de gestão Atas de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos no exercício.	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas “b” e “c”.	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	RELGES – Relatório de gestão Ata de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos: 10/01/2022 27/01/2022 07/02/2022 07/03/2022 04/04/2022 02/05/2022 06/06/2022 04/07/2022 03/08/2022 05/09/2022 07/11/2022 03/10/2022 05/12/2022 Em consulta ao Relatório de Gestão –	RELGES – Relatório de gestão Ata de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos: 10/01/2022 27/01/2022 07/02/2022 07/03/2022 04/04/2022 02/05/2022 06/06/2022 04/07/2022 03/08/2022 05/09/2022 07/11/2022 03/10/2022 05/12/2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					RELGES, em confronto com as Atas de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos do RPPS, verifica-se o cumprimento de periodicidade na realização de reuniões.	
2.5.33	Comitê de investimentos Certificados dos membros	RELGES – Relatório de gestão Decreto Municipal nº 9.624/2022 Decreto Municipal nº 10.077/2022	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alínea “e”.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	RELGES – Relatório de gestão <u>Gestão de investimentos:</u> Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.624/2022 Membros do Comitê de Investimento: - Gilvani Pereira Rosa: Qualificação: CRC/ES nº020046/O-7 e CPA-10. - Ines Gomes da Silva: Qualificação: CPA-10; - Rafael da Conceição Kruger CRC/ES nº 019789/O 02 de 03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 66,66%. Decreto Municipal nº 10.077/2022 - Gilvani Pereira Rosa: Qualificação: CRC/ES nº020046/O-7 e CP RPPS CGINV III e CP RPPS DIRIG RPPS-III. - Ines Gomes da Silva: Qualificação: CPA-10; - Joyce Canal Corteleti: Qualificação: CPA-10; 03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 100%.	100% dos componentes do Comitê de Investimentos analisados. 02 de 03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 66,66%.
2.5.34	Política de	RELPOL – Política de Investimentos	Lei 9.717/98,	Verificar se foi instituída	O RPPS elaborou a Política Pública de	Em conformidade com a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Investimento	https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/files/RELPOL-1.pdf	art.1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	Investimento, disponível no site da Município de Águia Branca/ES conforme link abaixo: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/files/RELPOL-1.pdf	legislação vigente o RPPS elaborou a Política Pública de Investimento, que foi instituída no exercício anterior, e se encontra disponível no sítio eletrônico do Município de Águia Branca/ES. https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/files/RELPOL-1.pdf
2.5.38	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma	RELGES – Relatório de gestão Consulta dos processos ao site do TCEES Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES a partir Julho/2022 Análise dos Pareceres concedidos para fins de Aposentadoria pelo Controle Interno	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidos pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Em análise ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com os Pareceres emitidos pela Controladoria, e em consulta ao site do TCEES, e em consulta a Remessa Concessão de benefícios encaminhada via Sistema CidadES a partir Julho/2022, verifica-se que no exercício de 2022, foram encaminhados 09 processos iniciados de aposentadoria para fins de registro no TCEES. Registra-se que 01 processo de aposentadoria pendente no final do exercício, foi encaminhado na remessa de janeiro/2023	Listagem de Processos encaminhados para fins de registro ao TCEES: 00919/2022-3 01626/2022-3 01466/2022-1 05501/2022-5 03741/2022-1 03293/2022-5 Remessa Concessão de benefícios com registros de Aposentadorias enviados no total de 04 servidores, conforme consta na remessa dos meses outubro e novembro de 2022, e janeiro de 2023.
2.5.39	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma	RELGES – Relatório de gestão Consulta ao site do TCEES; Consulta de Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES a partir Julho/2022 Análise dos Pareceres concedidos para fins de pensão por morte pelo	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º	Verificar se as pensões concedidos pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Em análise ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com os Pareceres emitidos pela Controladoria, e em consulta ao site do TCEES, e a Remessa Concessão de benefícios via Sistema CidadES, verifica-se que no exercício de 2022, foram encaminhados todos os processos iniciados de pensão por morte para fins de registro no TCEES.	Listagem de Processos encaminhados para fins de registro ao TCEES: 06739/2022-1 Consulta a Remessa Concessão de benefícios a partir de Julho/2022 - Não foram enviados processo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Controle Interno				para fins de registro de pensão por morte
2.5.45	Despesa Administrativa fixação em lei	Lei Municipal nº 522/2002	Lei 9.717/98, art.6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Municipal nº 522/2002	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Em conformidade com o art. 7º da Lei Municipal nº 522/2002, verifica-se através do dispositivo legal que a norma prevê percentual de 2% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/L5222002.pdf	Lei Municipal nº 522/2002, Art.7º. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/L5222002.pdf



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2022 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 03 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2022, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2022
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	03

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta uma melhora no déficit do quadro de servidores, tendo em vista o preenchimento de 60% das vagas disponíveis, com um total de 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, apesar do preenchimento das referidas vagas, a alta demanda do exercício de 2022 prejudicou a execução completa das atividades do PAAI/2022, principalmente em razão do Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis cumprir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das Unidades Gestoras.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2022, ressalta-se a ocorrência do cumprimento parcial das atividades previstas no PAAI/2022, tendo em vista, como mencionado acima, a alta demanda da Unidade Central de Controle Interno, bem como a disposição de 01 (um) Auditor Público Interno efetivo com formação em Ciências Contábeis com carga horária semanal de 20h (vinte horas).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2022**, destacamos que foram previstas 08 (oito) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2022, contudo, somente foram executadas 07 (sete) Auditorias, sendo necessário, além das previstas, a abertura de 01 (uma) Auditoria Extraordinária, em razão da demanda de órgão de controle externo, totalizando a abertura de 08 (oito) Auditorias Internas no exercício de 2022. Além disso, foi realizada a finalização de 01 (uma) Auditoria Extraordinária do exercício anterior, conforme transcrevo abaixo:

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2022		
1) Auditorias previstas no PAAI/2022 – 07 Auditorias executadas		
2) Auditorias Extraordinárias – 01 Auditoria executada		
IDENTIFICAÇÃO	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 3549/2022	Auditoria Interna para avaliar a legalidade, efetividade e conformidade da execução das despesas com diárias concedidas aos Servidores Públicos e Agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Águia Branca Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5009/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5010/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5011/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5012/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Concluído



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca	
Processo nº 3888/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da Dívida Ativa tributária municipal por meio de protesto e execução fiscal, no período de exercício entre 2018 a 2021. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 6100/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar o pagamento de passivos – Ordem Cronológica das Exigibilidades Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4366/2022	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 3256/2021	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído

Ressalta-se que, no tocante ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca, foi realizada 01 (uma) Auditoria Interna Governamental de Conformidade de natureza contábil referente aos itens de abordagem prioritária – 1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária, selecionando o ponto de controle 1.1.2 – Despesa – realização sem prévio empenho, da Tabela Referencial 01 da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES.

2.2 Análises Técnicas e Outros procedimentos realizados

Partindo da análise dos demais procedimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2022, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2022, foram expedidas diversas Recomendações e Alertas ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca, conforme os Ofícios e Análises técnicas, citados abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- RECOMENDAÇÃO/CGM/003/2022 quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – PCA/PCM 2022, conforme Portaria Normativa n 88,30 de novembro de 2021;
- RECOMENDAÇÃO/CGM/005/2022 quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – envio de Remessa de Folha de Pagamento 2022, conforme Portaria Normativa n 88,30 de novembro de 2021;
- OFÍCIO/CGM/002/2022 de SOLICITAÇÃO quanto a não aceitação da justificativa apresentada no CIDADES - FOLHA DE PAGAMENTO-PONTO DE CONTROLE;
- OFÍCIO/CGM/015/2022 de ORIENTAÇÃO quanto a alteração da Instrução Normativa 81, de 25 de Janeiro de 2022 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/024/2022 de COMUNICAÇÃO quanto a exigência da REMESSA CONTRATAÇÃO-CIDADES;
- OFÍCIO/CGM/070/2022 de INFORMAÇÃO- Cidades - Folha de Pagamento. Pontos de Controle. Agente Público ocupado mais de dois vínculos;
- OFÍCIO/CGM/116/2022 de CIÊNCIA da VERSÃO 02 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI 02/2021, aprovada pelo Decreto n 9.952/2022;
- OFÍCIO/CGM/117/2022 de COMUNICAÇÃO quanto à alteração da Portaria Normativa nº 60, de 29 de agosto de 2022 - Altera o Anexo VII da Instrução Normativa 68 de 2020 TCEES;

Ressalta-se, que a Controladoria Geral do Município emitiu 11 (onze) pareceres com a finalidade de avaliar os processos de Aposentadoria e Pensões iniciados, com base na Instrução Normativa Municipal SPP - 03/2015, conforme transcrevo a seguir:

Processo nº 2113/2022

Processo nº 2220/2022

Processo nº 2129/2022

Processo nº 2223/2022

Processo nº 2128/2022

Processo nº 2222/2022

Processo nº 2143/2022

Processo nº 2276/2022

Processo nº 2158/2022

Processo nº 2221/2022

Processo nº 2184/2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2022, consubstancia-se, a ocorrência de elaboração e atualização de Instruções Normativas, conforme listagem abaixo:

Descrição	Situação
Instrução Normativa SFI nº 001/2022 – Câmara Municipal de Águia Branca	Aprovada por Resolução nº 063/2022
Atualização da Instrução Normativa SFI nº 002/2021 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada por Decreto nº 9.952/2022
Instrução Normativa SRH nº 01/2022 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Fase de Análise pelo Gestor
Instrução Normativa SFI nº 03/2022 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Fase de Análise pelo Gestor

2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2022 da Unidade Gestora - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, de Presidência do Sr. Gilvani Pereira Rosa.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca, em face ao cumprimento da Norma Constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas Anual.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5 Acesso a Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso aos cidadãos disponíveis no sítio eletrônico municipal.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca e Câmara Municipal de Águia Branca.

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2022, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2022

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2022
Janeiro	01	33 pedidos de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	00	
Março	01	
Abril	02	
Maio	04	
Junho	05	
Julho	00	
Agosto	00	
Setembro	07	
Outubro	01	
Novembro	10	
Dezembro	02	

2.6 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

2.7 Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2022, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Treinamento INFOCI - Como gerar o arquivo INFOCI conforme anexo III da IN 68, que deve ser enviado junto a prestação de contas (PCA), realizado no dia 03.03.2022, com carga horário de 01 horas, promovido pela empresa EL Produções de Software Ltda;
- Curso Imersão: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – por uma gestão inovadora e eficiente, realizado no período de 16.05.2022 a 18.05.2022, com carga horária de 20 horas, promovido pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP);
- Curso “Atuação do Controle Interno sobre as demonstrações contábeis”, realizado no dia 13.06.2022 em Nova Venécia, totalizando 04 horas – Enfoce 2022 – Encontro de Formação e Controle – Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso “A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), realizado nos dias 19 e 20.10.2022 em Pancas, totalizando 16 horas/aula, promovido pela empresa Atual Informativo Fiscal;
- Curso “Controle Interno Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI e INFOCI”, realizado nos dias 15.02.2022 e 16.02.2022 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso “Elaboração de Termo de Referência”, realizado no período de 22.06.2022 a 24.06.2022 em São Domingos de Norte/ES, com carga horária de 20 horas, promovido pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP);
- Webinar: A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e suas principais inovações, realizado em 08.08.2022 (online), com carga horária de 03 horas, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS
ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universe do Ponto de Controle3	Amostra Selecionadas

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2022.

4. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO,
FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO.

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, em razão das Notificações encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Notícia de irregularidade TC nº 195/2022 do Sistema de Ouvidoria “Conta pra Gente”;
- Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com o intuito de mobilizar as próprias instituições de controle, os agentes públicos e a sociedade para concretização do direito fundamental à informação;
- Resposta ao Monitoramento do Acórdão 1668/2018-1 referente ao Processo TC 3521/2016.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

5. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.

Desse modo, alcançam destaque a demanda referente a solicitação de abertura de AUDITORIA no Sistema de Registro de Ponto dos servidores da Secretaria Municipal de Obras, que foi concluído em 26.09.2022.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades relacionadas ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais – ÁGUA BRANCA PREV a serem desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2022 através do PAAI/2022 e da análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES, foram desenvolvidas de acordo com a disponibilidade de execução dos trabalhos do Controle Interno.

Para o exercício de 2023, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a atualização de mecanismo de controle com vistas a dar continuidade a reestruturação do Sistema de Controle Interno.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Água Branca/ES, 15 de março de 2023.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021